



ATA

**133ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CNPS

27de junho de 2007
Brasília – DF

59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113

Presidindo a Mesa, o Sr. representante da Secretaria de Políticas do Ministério da Previdência Social, João Donadon, abriu a 133ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social, desejando bom dia a todos os presentes. Em seguida, comunicou que o Sr. Ministro Luis Marinho não conduziria a reunião porque havia surgido uma emergência de última hora que o impediu de estar presente naquela reunião. Justificou a ausência do Sr. Secretário de Políticas do MPS, Helmut Schwarzer, por estar presidindo o 10º Congresso Interamericano de Prevenção de Risco do Trabalho, que estava acontecendo em Santo Domingo, na República Dominicana. Comunicou o ingresso da Sra. Sônia de Sena e Silva na Secretaria Executiva do Conselho. Em seguida, deu início aos assuntos da Ordem do Dia.

III – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente submeteu à votação a Ata da 132ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de maio de 2007, a qual foi aprovada por unanimidade.

IV – ORDEM DO DIA

1 – Avaliação do impacto de decisões do COPOM na taxa de juros dos empréstimos consignados

O Sr. Presidente discorreu sobre o primeiro item da pauta da Ordem do Dia ressaltando que houve três reuniões do COPOM – em março, abril e junho – para decidir sobre a taxa de juros *selic* definindo-a, em 12%, na última reunião. Ressaltou ainda que se fossem aplicados os 12%, proporcionalmente, sobre a taxa máxima dos empréstimos consignados haveria uma redução de 0,08% e que a taxa atual passaria de 2,72% para 2,64%. O Sr. Presidente solicitou aos conselheiros que expusessem seus pensamentos em relação à redução da taxa *selic* e ao final colocou a proposta em votação, a qual foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Marco Antônio, Presidente do INSS, para que se apresentasse ao Conselho. O Sr. Marco Antônio saudou a todos e teceu algumas palavras ao Conselho enfatizando a sua preocupação em encontrar uma solução para o problema da segurança dos servidores do INSS nas agências que compõem a rede. Reiterou a sua disposição em participar ativamente do Conselho e deixou abertas as portas da presidência do INSS a todos que dela precisassem fazer chegar os seus questionamentos, os seus pleitos, as suas preocupações quanto ao funcionamento do INSS. O Sr. Presidente abriu a palavra para que os conselheiros também se fizessem conhecidos pelo Sr. Marco Antônio. Ao final, desejou ao Sr. Marco Antônio sucesso na direção do INSS e passou a palavra ao Sr. Bruno Júnior Bisinoto, representante da Procuradoria Seccional do INSS/AM, para que fizesse a sua explanação sobre as ações regressivas na área de saúde do trabalhador.

2 – Ações regressivas da área de saúde do trabalhador

O Sr. Bruno Júnior Bisinoto começou a sua apresentação agradecendo a oportunidade dada à Procuradoria do INSS de fazer aquela exposição ao Conselho da Previdência Social. Em seguida, passou a discorrer sobre a ação regressiva, enfatizando que tal ação é um instrumento valiosíssimo do qual dispõe a Previdência Social no campo da segurança da saúde e do trabalho. Informou que a ação regressiva estava prevista legalmente no art. 120 da Lei 8.213/91, a qual prescreve que nos casos de descumprimento da norma de segurança da saúde ou do trabalho a empresa possa ser responsabilizada pelas conseqüências. Citou que as normas de segurança estão previstas na Constituição, na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Mostrou os objetivos da ação regressiva, que eram: ressarcir as despesas à Previdência; realizar uma atividade preventiva e promover uma redução nas

114 despesas, sendo que a prevenção era o foco principal do quadro apresentado, pois se
115 houvesse prevenção, não haveria despesas a ressarcir e nem aumento de despesas.
116 Informou que o Brasil ocupa a quarta posição mundial em número de acidentes de trabalho
117 e que quatro por cento da economia mundial são gastos com acidentes de trabalho no
118 âmbito previdenciário e da saúde. Mostrou um quadro de acidentes de trabalho registrados
119 em 2003: trezentos e noventa e nove mil acidentes; em 2004: quatrocentos e sessenta e
120 cinco mil acidentes; e em 2005: quatrocentos e noventa e um mil acidentes. Informou que o
121 número de benefícios acidentários concedidos era ainda maior e que certamente causou
122 uma oneração na folha de: noventa e seis milhões, em 2003; cento e quinze milhões, em
123 2004; e cento e doze milhões de reais, em 2005. Mostrou que os gastos com benefícios
124 acidentários emitidos eram de: três bilhões e quatrocentos milhões de reais, em 2003;
125 quatro bilhões, em 2004; e quatro bilhões e trezentos e cinqüenta milhões, em 2005.
126 Enfatizou a grande preocupação pela quantidade de pessoas que se acidentam e pela
127 quantidade de recursos que são empregados no pagamento desses benefícios, mostrando a
128 importância da prevenção nesse ponto. Em seguida, o Sr. Bruno Bisinoto mostrou as
129 medidas adotadas em Manaus: criou-se um grupo de trabalho em 2003 para discutir e
130 elaborar uma ordem interna de serviço, fazer um manual de matéria de benefícios, realizar
131 encontros nacionais e cursos de formação de procuradores e, finalmente, fazer um projeto
132 de ações regressivas, no qual todas as procuradorias pudessem executar aquelas ações
133 com profissionalismo. Ressaltou que o maior problema encontrado para a propositura da
134 ação regressiva foi na questão da prova, pois não bastava apenas demonstrar o acidente,
135 não bastava apenas partir de uma presunção de que a empresa agiu com culpa, era preciso
136 provar que ela falhou nos procedimentos de segurança quando o trabalhador estava
137 desenvolvendo suas atividades. O problema foi resolvido com a Receita local, por meio de
138 fóruns de saúde e segurança do trabalho realizado em Manaus, onde todos os órgãos
139 envolvidos nessa atividade se fizessem representar com metas e obrigações específicas.
140 Mostrou as medidas a serem adotadas para resolver os problemas que surgiram ao longo
141 do processo: convênio entre órgãos públicos – produção de prova e compartilhamento de
142 dados estatísticos (MPS – TEM – MPT); banco de dados estatísticos atualizados em tempo
143 real; alteração da Lei 8.213/91 nos principais aspectos: definir responsáveis e solidariedade;
144 forma de constituição e parcelamento do capital; ônus da prova – nexos presumido e FAP –;
145 e o prazo prescricional para ajuizamento da ação regressiva. Mostrou a situação das ações
146 regressivas em Manaus, das quais vinte e seis ações regressivas foram ajuizadas; havia
147 trinta e três empresas como réis; seis condenações envolvendo oito empresas – decretando
148 inclusive a indisponibilidade dos bens da empresa, dos sócios –; e a expectativa de gastos
149 que foi de nove milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte
150 e dois centavos. Concluiu sua apresentação ressaltando que acreditava que com todas
151 aquelas medidas adotadas era possível reverter o cenário vertiginoso de acidentes de
152 trabalho, não só em Manaus, mas em todo o Brasil, se houvesse uma cooperação mútua de
153 todos os envolvidos. O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Bruno Bisinoto pela contribuição
154 dada ao Conselho através da sua apresentação. Em seguida, fez vários informes aos Srs.
155 conselheiros sobre: a proposta de Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador –
156 que está pendente da aprovação do Ministério do Trabalho –, realizada pelos Ministérios da
157 Saúde e do Trabalho, que estimula as empresas a melhorarem os ambientes de trabalho e a
158 investirem em prevenção de acidentes de trabalho. Falou sobre o nexo técnico
159 epidemiológico, originário da Lei 10.666; a aprovação da Resolução 1.236, em 2004, que
160 propicia não só a revisão dos enquadramentos dos segmentos econômicos, mas também a
161 instituição do fator acidentário de prevenção; e a inversão do ônus da prova. Ressaltou que
162 essa nova postura vai naturalmente fazer com que as empresas passem a ver as despesas
163 com prevenção de acidentes como investimentos. Informou que o Ministério da Previdência
164 juntamente com a DATAPREV está desenvolvendo um grande projeto para a automação
165 dos perfis profissiográficos embutindo-os como dados do trabalhador. Citou a Emenda 20
166 que diz que é proibido o tratamento diferenciado para a concessão de aposentadorias,
167 exceto nos casos em que o empregado trabalhe sujeito a situações que prejudiquem a sua
168 saúde, mas que ainda não foi editada. Citou a importância da reformulação da reabilitação

169 profissional para torná-la efetiva. O Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. conselheiro
170 Leonardo André Paixão, que sugeriu que fossem colocadas em votação as seguintes
171 sugestões: ação para grandes causadores de danos aos trabalhadores; utilização de
172 mecanismos eletrônicos não somente no benefício que o INSS tem de pagar, mas também
173 quando o INSS é o autor da ação regressiva em função de danos causados aos
174 trabalhadores; extrair uma resolução no sentido de recomendar que se fossem adotadas
175 essas provas emprestadas de autos movidos por particulares contra empresas; fazer uma
176 estimativa real financeira de custo e benefício das medidas a serem adotadas para se fazer
177 uma ação regressiva. Em seguida, o Sr. conselheiro Leonardo André Paixão lamentou ter de
178 deixar a reunião por causa de outros compromissos, mas deixou o seu voto favorável caso
179 fosse colocada em votação alguma das suas sugestões e passou a palavra ao Sr.
180 Presidente, que informou que pelo FAP seria possível identificar qual era a situação da
181 empresa dentro do próprio segmento econômico, se a empresa estivesse com o FAP inferior
182 a um é porque está puxando a média do setor para baixo e as que estiverem acima de um,
183 estão puxando a média para o alto, aquelas que estiverem bastante distanciadas são onde
184 estão adoecendo mais trabalhadores. O Sr. conselheiro João Cândido pediu a palavra e
185 demonstrou a sua preocupação em relação à inexistência de uma definição para o
186 segmento produtivo rural quanto à aplicação das normas do segmento urbano, porque a
187 legislação é igual para todos, mas a área rural tem suas peculiaridades que deveriam ser
188 adequadas ao perfil profissiográfico daquela área. A Sra. conselheira Paula Bicudo pediu a
189 palavra desculpando-se por não poder permanecer no Conselho e deixou o seu voto
190 favorável à proposição do Sr. conselheiro Leonardo André Paixão. O Sr. Bruno Bisinoto
191 pediu a palavra e fez esclarecimentos sobre alguns pontos que foram colocados pelos
192 conselheiros sobre o FAP. Esclareceu que estão sendo priorizadas algumas metas acerca
193 dos grandes causadores dos acidentes de trabalho. A meta deste ano é a investigação dos
194 acidentes com morte que causam grande impacto social e financeiro. Disse que foi
195 solicitado à DATAPREV um relatório com todos os acidentes ocorridos de 2002 a 2005 em
196 todo o País, em ordem alfabética por empresa, o qual foi encaminhado para todas as
197 procuradorias para buscar subsídios para a propositura das ações regressivas. Fez
198 esclarecimentos sobre: a questão das ações dos trabalhadores; a questão da prova
199 emprestada; a questão do processo eletrônico, ao qual já está sendo dada muita
200 importância; a questão da divulgação do custo/benefício; e a questão da especificidade do
201 trabalho rural. Disse que a lei que trata da responsabilidade e da ação regressiva é
202 genérica, ela não diferencia segmento urbano de segmento rural, o que vai dar
203 diferenciação do segmento são as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e
204 Emprego. O Sr. conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e fez uma pequena correção
205 no montante de benefícios concedidos apresentado pelo Sr. Bruno Bisinoto e demonstrou a
206 sua preocupação em relação à alíquota definida para o seguro de acidente de trabalho, que
207 foi de três por cento e solicitou que fosse feita uma reavaliação para se evitar que segmentos
208 da economia entrassem na justiça contra essa nova alíquota definida. O Sr. conselheiro Luiz
209 Antônio pediu a palavra e sugeriu que o trabalho que foi realizado em Manaus fosse feito
210 também a nível nacional. O Sr. Presidente pediu a palavra e informou a todos que aquela
211 integração já estava prevista no Plano Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador. O
212 Sr. conselheiro Edmundo Benedetti solicitou a palavra e perguntou se existia algum trabalho
213 dimensionando a necessidade de procuradores para executar esse serviço a nível nacional
214 e se haveria a possibilidade de o poder judiciário participar ao INSS todas as ações que
215 ocorreram com indenizações de trabalhadores acidentados nos últimos anos. Solicitou ainda
216 que fosse feita uma apreciação sobre a questão do ressarcimento. O Sr. Bruno Bisinoto
217 respondeu aos questionamentos do Sr. conselheiro Edmundo Benedetti e informou que
218 acharia difícil obter os dados através do judiciário porque não havia um controle
219 informatizado integrado do judiciário do País inteiro, mas que já existia um bom acervo para
220 eles trabalharem. Acrescentou que já havia sido solicitado ao Ministério da Previdência, o
221 qual já havia concordado, um ato conjunto entre os ministérios. O Sr. Alessandro Stelantto
222 pediu a palavra e informou que um convênio já havia sido firmado entre as procuradorias e
223 as DRTs o que aumentaria consideravelmente o fluxo de troca de informações. A Sra. Ana

224 Adail pediu a palavra e acrescentou que já era possível fazer o mapeamento das DRTs com
225 as gerências executivas para poder fornecer essas informações através do citado convênio.
226 O Sr. Presidente agradeceu a participação do Sr. Bruno Bisinoto e, em seguida, atendendo
227 a solicitação do Sr. conselheiro Leonardo André Paixão e que o Sr. conselheiro Epitácio
228 Epaminondas fez lembrar, colocou em votação uma recomendação do Conselho ao
229 Ministério da Previdência para que se adotassem providências no sentido de ampliar as
230 proposições de ações regressivas contra empregadores que tenham sido considerados
231 responsáveis por acidentes do trabalho, a qual foi aprovada pelo Conselho.
232

233 3. Situação atual dos créditos consignados e a proposta de alteração normativa para ajustar- 234 se ao programa governamental

235
236 O Sr. Presidente passou a palavra a Sra. Ana Adail, Diretora Substituta da Diretoria de
237 Benefícios da Previdência Social, a qual desejou bom dia a todos e começou a discorrer
238 sobre a visão geral dos contratos por UF, em seguida, a Sra. Ana Adail mostrou: a
239 quantidade de aposentados e pensionistas existentes hoje (sete milhões novecentos e
240 quatorze mil e cento e dezenove segurados); o total acumulado dos que requereram
241 empréstimos (vinte e quatro bilhões e seiscentos e doze milhões de reais); a situação dos
242 empréstimos ativos (doze milhões e quarenta e quatro mil), que representavam um total de
243 dezenove bilhões de reais; a situação dos empréstimos inativos (seis milhões) que
244 representavam um total de quatro bilhões e novecentos mil reais. Mostrou ainda os bancos
245 e as quantidades de empréstimos feitos no último movimento de julho elencando os maiores
246 em movimentação: BMG, Cruzeiro do Sul, Caixa Econômica, Banco Mercantil e o Banco do
247 Brasil. Informou que o parcelamento dos empréstimos variava de seis a acima de quarenta e
248 oito parcelas. Mostrou a análise das contratações, destacando o número de contratos
249 averbados por quantidade de benefícios. Abordou os empréstimos realizados por faixa de
250 renda, que variava de um salário mínimo a até mais de três salários mínimos; o número de
251 operações realizadas; valor do empréstimo; quantidade de parcelas; prazo médio; o valor
252 das parcelas; e o valor médio das parcelas. Mostrou um quadro com o crescimento dos
253 empréstimos por faixa de renda nos contratos ativos nos meses julho de 2005, janeiro de
254 2006, janeiro de 2007 e maio de 2007, em quantidade e percentagem. Ressaltou que dos
255 meses de abril a maio de 2007 houve um crescimento muito grande de empréstimos por
256 parte dos que ganham um salário mínimo. Mostrou um quadro com a quantidade de
257 contratos por modalidade: retenção, cartão de crédito. Ressaltou o total de empréstimos
258 consignados (treze milhões e novecentos), de retenção (cento e cinquenta e dois mil,
259 duzentos e vinte), do cartão magnético com reservas de margem (setecentos e quarenta e
260 dois mil) e de cartões de crédito em transação (três milhões trezentos e vinte e cinco mil).
261 Esboçou o processo para a operação de empréstimos consignados com oitenta e oito
262 instituições financeiras, relatando a situação de cada uma. Citou as punições aplicadas às
263 instituições financeiras devido às irregularidades fiscais, pela Dirben, em 2006 e 2007,
264 através da IN 121, tais como: notificações, suspensões, devoluções em dinheiro aos
265 segurados. Ressaltou que algumas instituições financeiras se demonstraram insatisfeitas
266 com tal procedimento, mas que a Dirben alegou o cumprimento da regra imposta pelo
267 Tesouro Nacional e recomendada pelo TCU. Mostrou um demonstrativo de reclamações e
268 análise das repostas, registrando as não procedentes, as procedentes sem fraudes,
269 procedente em parte e as de procedente com indício de fraude. Destacou as reclamações
270 sobre empréstimos consignados com a influência da alteração da IN 121/INSS/DC/2005,
271 mostrando a quantidade de: segurados que não autorizaram o empréstimo e têm desconto;
272 outras solicitações e reclamações; questionamentos e reclamações sobre as restrições do
273 empréstimo; reclamação sobre a instituição financeira e desconto após o empréstimo já ter
274 sido liquidado. Mostrou ainda um quadro com a quantidade de empréstimos realizados de
275 2004 a 2006 versus a quantidade de reclamações na ouvidoria no mesmo período,
276 destacando que o ano de 2006 foi fechado com bastantes reclamações para a quantidade
277 de requerimentos. Mostrou também um quadro com a quantidade de reclamações por UF e
278 a quantidade de reclamações que são registradas na ouvidoria, ressaltando que o Estado de

279 Roraima, por força da quantidade de empréstimos é o que tem maior número de
280 reclamações. A Sra. Ana Adail concluiu a sua apresentação ressaltando que para se evitar
281 um número maior de fraudes no empréstimo consignado foi solicitada à FEBRABAN uma
282 mudança de *layout* no sistema existente para que seja possível controlar melhor os pedidos
283 de alteração de endereço. O Sr. Presidente complementou a apresentação da Sra. Ana
284 Adail destacando a reunião do grupo de trabalho que aconteceu no dia anterior onde vários
285 assuntos foram discutidos em relação à situação dos aposentados e pensionistas, surgindo
286 inclusive a idéia de se fazer programas direcionados a esse grupo principalmente para
287 aproveitar o potencial turístico do País e a inclusão dessas pessoas em pacotes que tenham
288 atrativos em relação a baixo custo e a uma diferenciação na sua forma de contratação e de
289 execução. Esse assunto foi colocado ao Conselho para que fosse aprovado, mas o
290 Conselho não se sentiu confortável para deliberar, e ficou decido que se discutissem mais
291 sobre o tema. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em questão as operações de crédito e
292 a correspondente taxa de ressarcimento para as instituições financeiras para que o
293 Conselho também pudesse debatê-la e aprová-la se fosse o caso. O Sr. conselheiro
294 Edmundo Benedetti pediu a palavra e ressaltou que a quantidade de empréstimos
295 fraudulentos é muito maior do que a que foi apresentada e solicitou que fosse feita uma
296 moção no sentido do aposentado ser avisado quando fosse feito o desconto do empréstimo
297 porque se ele não fez o empréstimo teria como entrar com um mandado de segurança e
298 impedir uma fraude. O Sr. conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e esclareceu
299 algumas dúvidas com a Sra. Ana Adail a respeito da suspensão das instituições financeiras,
300 se seria apenas para novos negócios, ao que a Sra. Ana Adail respondeu que seria apenas
301 para novos contratos e que os problemas relacionados ao banco não eram tratados pela
302 Dirben. O Sr. conselheiro Jorge Higashino ressaltou ainda a importância do controle na
303 alteração do endereço dos segurados. Destacou a necessidade de ajustes na emissão de
304 validade das CND – certidão negativa de débito – para que as partes envolvidas na questão
305 do empréstimo não sejam prejudicadas. Lembrou que o grupo de trabalho definiu manter a
306 proibição de concessão de empréstimo através de telefone até que as instituições
307 financeiras que estão propondo a volta do atendimento telefônico para contrato tragam uma
308 proposta concreta que demonstre a eliminação de qualquer tipo de fraude. O Sr. conselheiro
309 Epitácio Epaminondas pediu a palavra e disse que a questão do crédito consignado já é
310 uma realidade mesmo que no começo se pensasse que os aposentados não teriam
311 condições de pagá-lo por muito tempo, que antes pensava-se apenas em crédito para os
312 trabalhadores da ativa, mas que hoje os aposentados são o maior alvo dos bancos, mesmo
313 sendo mais difícil de controlar. Resaltou a importância de se avaliar com mais afinco de
314 onde realmente partem as fraudes. E reforçou que era contra a questão do crédito
315 consignado ao turismo, principalmente por achar que entraria na margem consignável.
316 Sugeriu que fosse colocada no terminal dos caixas eletrônicos uma mensagem alertando
317 que se fosse concedido o empréstimo a operação seria onerosa, para que a pessoa optasse
318 em fazê-la, ou não. A Sra. Maria Júlia pediu a palavra e ressaltou que a apresentação da
319 Sra. Ana Adail foi bastante esclarecedora, mas que também produziu muita preocupação
320 por se constatar que os que recebiam um salário mínimo eram os que mais contraíam
321 empréstimos, que mais da metade das reclamações eram procedentes e que a origem dos
322 empréstimos não condizia com o endereço do aposentado. Resaltou que os aposentados
323 gastam muito dinheiro com medicamentos e que era contraditório se oferecer turismo para
324 uma classe que contrai empréstimos inclusive para as suas necessidades básicas. O Sr.
325 Presidente pediu a palavra e acrescentou que quanto a solicitação do Sr. conselheiro
326 Edmundo Benedetti não seria possível atendê-la de imediato pois dependeria de uma
327 análise mais aprofundada nas rotinas e nos fluxos existentes ou até mesmo levar para o
328 grupo de trabalho para discussão. A Sra. conselheira Ana Adail pediu a palavra e esclareceu
329 sobre o fluxo das reclamações mediante a utilização da IN5. Discordou da sugestão dada
330 pelo Sr. conselheiro Edmundo Benedetti, em relação a avisar o aposentado quando do
331 desconto do empréstimo, porque estaria realmente oficializando a fraude devido à ainda
332 existente dificuldade de controlar a alteração de endereços, sem contar que acresceria
333 custos para o INSS o que é contrário ao que diz a Lei 10.820, os bancos sim, é que

334 deveriam arcar com esses custos. O Sr. conselheiro Edmundo Benedetti pediu a palavra e
335 ficou muito agradecido com explicação dada pela Sra. conselheira Ana Adail mas reiterou a
336 necessidade de se estudar uma maneira de manter os aposentados informados sobre a
337 concessão do empréstimo. O Sr. conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e lembrou
338 que já estava em estudo uma proposta de se começar a obrigar a inclusão do estado da
339 realização do empréstimo, da unidade da federação da realização da operação para que se
340 possa obrigar sempre o verdadeiro beneficiário a se pronunciar e essa ação obrigaria
341 somente os bancos pagadores a enviarem o contrato por endereço para o aposentado
342 utilizando o cadastro do DATAPREV. O Sr. conselheiro Edmundo Benedetti pediu a palavra
343 e disse que recebiam propagandas de bancos que possivelmente não eram pagadores e o
344 Sr. conselheiro Epitácio Epaminondas concordou com a colocação do Sr. conselheiro
345 Edmundo Benedetti. O Sr. Presidente pediu a palavra e reforçou que poderiam juntamente
346 com o INSS analisar as reclamações e estudar uma forma mais eficaz de combater as
347 fraudes e reforçou ainda a questão do empréstimo para turismo ressaltando que a intenção
348 seria a de recomendar ao INSS que proceda a adequação normativa de forma a facilitar a
349 obtenção de empréstimos consignados por parte dos segurados, aposentados ou
350 pensionistas para a aquisição de pacotes turísticos criados pelo Ministério do Turismo
351 especialmente para essa classe de pessoas. O Sr. conselheiro Luiz Antônio pediu a palavra
352 e ressaltou que não bastava apenas apresentar dados, mas que era necessário trazer ao
353 Conselho, talvez através da Dirben, as medidas que estão sendo tomadas para sanar os
354 problemas de fraudes e de reclamações. Ressaltou ainda que concordava com o
355 posicionamento do Sr. conselheiro Jorge Higashino quanto à checagem dos dados, do
356 endereço do aposentado. O Sr. Nelson Simabuguro pediu a palavra e confirmou que era
357 possível a alteração dos dados dos aposentados, e lembrou que a restrição a troca de
358 endereço existente foi feita devido ao pedido do próprio INSS. O Sr. conselheiro Luiz
359 Antônio pediu a palavra e se posicionou a favor de se restringirem todos os dados do
360 aposentado e não somente a troca de endereço, ao que o Sr. Nelson Simabuguro
361 respondeu que essa possibilidade já estava em estudo, só que levaria mais tempo para ser
362 implementada, pois os procedimentos mudariam muito com as instituições financeiras. O Sr.
363 Presidente tomou a palavra e lembrou ao Conselho que havia dois pontos colocados
364 anteriormente que estavam pendentes de aprovação pelo Conselho: a permissão do
365 ressarcimento do crédito feito por intermédio de cartão de crédito de até cinco reais e o
366 crédito consignado para o turismo. Como os Srs. conselheiros não se sentiram confortáveis
367 para votarem a favor, o Sr. Presidente achou por bem amadurecer mais os assuntos em
368 discussões posteriores. A Sra. conselheira Maria Júlia pediu a palavra e solicitou que aquele
369 assunto fosse pauta da próxima reunião com a presença inclusive de alguém do grupo de
370 trabalho e do Ministério do Turismo para maiores esclarecimentos ao Conselho, o que foi
371 aceito pelo Sr. Presidente. O Sr. conselheiro Jorge Higashino pediu a palavra e também se
372 posicionou a favor de que debatessem mais aprofundadamente o assunto para tomarem
373 alguma decisão. O Sr. conselheiro Luiz Antônio pediu a palavra e exteriorizou que se o
374 Ministério do Turismo quisesse lançar produto no mercado dizendo que era para
375 aposentado ele não estaria impedido e que quem se sentisse confortável em participar
376 participaria, mas que esse programa deveria oferecer bons preços. O Sr. Presidente
377 informou a todos que, por ora, aquele assunto estaria sem resolução.

378

379 **V – OUTROS ASSUNTOS**

380

381 O Sr. Presidente informou aos conselheiros que estava programada mais uma apresentação
382 – que seria sobre a evolução da proteção social e impacto sobre a pobreza –, mas como já
383 não lhes restavam muito tempo o tema foi adiado para uma próxima oportunidade. Destacou
384 que já havia sido pedido para constar da pauta da próxima reunião se haveria a
385 possibilidade de a Previdência antecipar o pagamento do 13º. Informou a todos que o
386 Ministro iria participar de uma reunião na parte da tarde para discutir sobre o assunto. O Sr.
387 conselheiro Edmundo Benedetti pediu a palavra e solicitou que fosse confirmado se
388 ocorreriam mais reuniões além da que já estava pré-fixada para a aprovação do orçamento

389 ao que o Sr. Presidente respondeu que a reunião extraordinária do orçamento ainda não
390 tinha data agendada, mas que com certeza a do dia vinte e cinco de julho estava marcada.
391 O Sr. conselheiro Epitácio Epaminondas lembrou as reuniões do fórum que também
392 ocorrem próximas a esta data. O Sr. Presidente ficou de confirmar com o Sr. Secretário de
393 Políticas do MPS, Helmut Schwarzer, se a data da próxima reunião permaneceria a mesma
394 ou se haveria alteração e depois informaria a todos. O Sr. conselheiro Epitácio
395 Epaminondas pediu a palavra e acrescentou que constava da pauta da reunião que
396 aconteceria na parte da tarde, o aumento do salário do aposentado e não somente a
397 antecipação do 13º salário. O Sr. conselheiro Edmundo Benedetti pediu a palavra e sugeriu
398 que se fizesse uma resolução através do Conselho para que fosse avaliada uma pauta
399 conjunta dos ativos e inativos em relação à antecipação do 13º salário. O Sr. conselheiro
400 Epitácio Epaminondas solicitou que fosse incluída também a questão do aumento real dos
401 aposentados ao que o Sr. Presidente respondeu que esse item já tinha sido solicitado na
402 reunião anterior para constar da pauta como havia tantos outros itens não foi possível
403 colocá-lo em votação, mas que seria um item de pauta da próxima reunião. O Sr.
404 conselheiro Epitácio Epaminondas lembrou que já havia datas marcadas para acontecer a
405 antecipação, mas que era necessário referendar a questão do aumento real dos salários dos
406 aposentados ao que o Sr. Presidente respondeu que o que importava era se o pagamento
407 da antecipação aconteceria dentro do quadrimestre proposto anteriormente para não
408 impactar nas contas públicas. O Sr. Nelson Simabuguro pediu a palavra e solicitou
409 celeridade na definição da data de pagamento da antecipação do 13º salário para que a
410 DATAPREV pudesse iniciar o trabalho o quanto antes e diminuir os riscos de problemas no
411 pagamento. Ressaltou que a solução que estava sendo adotada pela DATAPREV de
412 restringir a mudança de endereço apenas dentro do Estado seria apenas paliativa, que
413 restringiria apenas a ação dos fraudadores, mas que não resolveria o problema. O Sr.
414 conselheiro Edmundo Benedetti pediu a palavra e solicitou que fosse abordada a questão do
415 pagamento das pensões por faixa etária, ao que o Sr. Presidente não fez objeção. O Sr.
416 Presidente juntamente com todo o Conselho fez uma recomendação ao Ministério da
417 Previdência para que se analisasse a possibilidade de antecipar o pagamento de metade do
418 abono anual deste ano, bem como estudar medidas no sentido de proporcionar aos
419 aposentados recuperação do poder de compra de seus benefícios.

420
421

VI – ENCERRAMENTO

422 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos, desejando-
423 lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 133ª Reunião Ordinária do
424 Conselho Nacional de Previdência Social.

425 Brasília, 27 de junho de 2007.